

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	28
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	31
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	32
10.5 - Políticas contábeis críticas	35
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no 4.1., informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Os riscos aos quais estamos expostos são monitorados constantemente, a fim de minimizar os impactos que mudanças no cenário macroeconômico, regulação de setores de atuação, entre outros, possam vir a ter sobre as nossas operações e resultados. Os riscos mapeados são apresentados e discutidos mensalmente no âmbito da Diretoria e do Conselho de Administração.

Os nossos fluxos de processos e sistemas e de suas controladas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Não existe atualmente uma política formalizada e em uso de gerenciamento de riscos, haja visto a extrema instabilidade do ambiente da companhia em razão do contexto de insolvência em que está inserida. O atual baixo nível de atividade faz com que os riscos operacionais a que estamos expostos sejam materialmente ínfimos em relação aos riscos decorrentes do ambiente legal e financeiro, o qual é virtualmente impossível de sistematizar em uma política.

Ocasionalmente buscamos proteção para riscos cambiais através da aquisição de instrumentos financeiros derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2. , informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de capital.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, a Companhia não possuía contratos de derivativos em aberto.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco cambial:

Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de contratação de derivativos cambiais, comumente utilizados na gestão do risco cambial.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Risco de taxa de juros:

Analisamos nossa exposição à taxa de juros de forma dinâmica. Quando aplicável são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nestes cenários, definimos uma mudança razoável na taxa de juros e calculamos o impacto sobre o resultado.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de liquidez:**

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Risco de capital:

Monitoramos o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida sobre o capital total. A dívida líquida, conforme calculado por nós, corresponde ao total do endividamento financeiro (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e *bonds*, de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de endividamento sem previsão de vencimento e o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito. O capital total é apurado através da soma do capital social, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não havia contratos de derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo as políticas aprovadas, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A nossa tesouraria identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as nossas unidades operacionais. Quando aplicável, o Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O monitoramento do impacto das operações com instrumentos derivativos, quando existentes, é analisado mensalmente e todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, realizamos testes e controles sistemáticos como análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos.

Conforme anteriormente mencionado, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o "Real"), principalmente ao dólar norte-americano em seus empréstimos e financiamentos. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2019: 6,5%

US\$: 3,80

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2019: Aumento para 8,1%

US\$: 4,75

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2019: Aumento para 9,8%

US\$: 5,70

Análise de Sensibilidade - Variações moeda estrangeira e taxa de juros conforme cenário acima descrito - R\$ mil:

Operação	Risco	Em milhares de R\$		
		Cenário conforme definição acima		
		Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	- 284	3.134	6.552
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	107	133	160
Total (ganho) perda		- 177	3.267	6.712

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. **As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**
- b. **As estruturas organizacionais envolvidas**
- c. **Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Desde 2011 possuímos o Centro Administrativo, o qual atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. Este administrativo tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

- d. **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**
- e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nossos auditores emitiram em Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, as seguintes novas recomendações e recomendações originárias de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas:

Novas recomendações

1. Aprimorar o procedimento de confecção dos laudos de avaliação de vida útil e testes de impairment dos ativos.

A Companhia realiza anualmente os laudos para avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados, além do teste de impairment para os próprios imobilizados e também intangíveis, pela expectativa de rentabilidade futura de determinadas companhias adquiridas, avaliando impactos pela redução ao valor recuperável destes.

Pela atual situação da Companhia e relevância do tema, entendemos que o processo pode ser melhorado, principalmente no que se refere à sua periodicidade e aprofundamento de detalhes sobre as referidas avaliações.

Comentários da administração:

Por ocasião do pedido de recuperação judicial e haja visto o disposto na lei 11.101/05, a cia contratou laudos de avaliação da integralidade do seu ativo imobilizado em Julho de 2015. Desde então diversos ativos foram desinvestidos e os preços foram consistentes com os referidos laudos. Em um número menor de vezes as ofertas recebidas por bens do ativo permanente divergiram dos valores do laudo, casos em que foi contratada a revisão dos mesmos pelo expert., e modificada quando aplicável. Adicionalmente, em diversos momentos, a cia. encomendou laudos aos seus engenheiros que foram preparados com fontes de informação independentes e que convalidaram na maior parte das vezes os laudos do expert. Assim a administração da cia. entende que o material produzido a esse respeito tem sido eficaz e apropriado.

Com relação aos testes de impairment, a cia. produz ditos testes com a periodicidade requerida pela normativa contábil e sempre que há algum evento que mude a avaliação da recuperabilidade de um ativo. O auditor externo avaliou a informação fornecida sem ressalva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração diverge da opinião do auditor no que tange a correlação entre a situação da cia. e a necessidade de produzir informação com maior periodicidade, lembrando que ao longo do período de crise financeira do grupo, os ativos foram substancialmente desvalorizados para refletir as suas consequências. Sem prejuízo, podemos produzir aprofundamento ou detalhes que se façam necessários à melhor compreensão da informação.

2. Atentar para a legislação referente às operações para aumento de capital - AFAC.

O grupo realiza o aporte, entre as empresas do grupo, de recursos financeiros na forma de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Na hipótese de serem recebidos os aportes e não ocorrer o aumento de capital social com a totalidade dos recursos recebidos, sendo devolvidos parte do valor para a mutuante ou mesmo não sendo o aumento de capital efetuado no prazo estabelecido no Parecer Normativo CST nº 17/84, o fisco pode entender pela configuração de um mútuo financeiro, no qual há incidência de IOF conforme Decreto 6.306/2007.

Observamos fragilidades nas rotinas para controle de prazos dos AFAC e das movimentações de recursos, sendo assim recomendável que sejam estas aprimoradas a fim de que não sejam inobservadas as normativas aplicáveis.

Comentários da administração:

A companhia implementou nova rotina trimestral para as verificações pertinentes. Entendemos ter cumprido com a legislação e ter recolhido os tributos aplicáveis. Sem prejuízo, serão efetuadas reanálises a fim de detectar eventuais divergências.

3. Atentar para a apropriação de créditos tributários referentes às notas de energia elétrica.

A Companhia se apropria de créditos tributários decorrentes da compra de energia elétrica para consumo no processo de industrialização. Referida apropriação está prevista na legislação vigente, porém, ante a possível operação intermitente de certas unidades produtivas, seria recomendável a verificação de que os créditos sejam tomados em conformidade com a legislação aplicável.

Comentários da administração:

Conforme o artigo 3º, inciso III, da Lei nº 10.833/2003 - é possível creditar-se da totalidade da energia consumida pela pessoa jurídica, independentemente do setor. A recomendação no entanto está sendo avaliada pelos setores tributário e técnico da cia. e receberá o tratamento aplicável, tendo em vista a complexidade dos contratos de fornecimento de energia.

4. Avaliar determinados créditos tributários contabilizados pelas empresas do grupo em aberto há mais de 5 anos.

Recomendamos a administração realizar o levantamento dos documentos que suportem os saldos registrados, e caso aplicável realizar a baixa dos saldos sem perspectiva de recuperabilidade.

Comentários da administração:

A companhia vem empenhando esforços no sentido de recuperar e restituir os créditos tributários registrados no seu balanço. Os esforços vem sendo frutíferos ante a real perspectiva de obter restituições de montante, tendo os respectivos créditos sido homologados recentemente pela Receita Federal. Estamos procedendo o levantamento de todos os tributos e será procedida a baixa dos créditos que não possam ser recuperados.

5. Manter os saldos de ISS a recolher devidamente atualizados.

Identificamos valores de ISS a pagar em aberto, sem a devida atualização de juros e multas.

Conforme disposto nas legislações municipais das referidas unidades, há a incidência de multa e juros quando ocorrer o recolhimento do imposto em atraso.

Comentários da administração:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As provisões referem-se principalmente a serviços prestados e que não foram faturados aos clientes por diversas razões, alguns inclusive objeto de discussão judicial em curso. Em diversos casos, não é claro o responsável pelo recolhimento, se a empresa ou tomador do serviço, e nem o município em favor do qual deverá ser recolhido o tributo. Neste sentido, tendo em conta que o reconhecimento dos serviços ocorrerá somente em momento futuro, se sobrevier, estão registrados no passivo os valores nominais estimados pela cia.

Sumário das principais recomendações recorrentes.

6. Adequar controle individual de bens do ativo imobilizado.

As identificações dos ativos imobilizados demonstradas no relatório individual de bens, por vezes, não condizem com as marcações individuais nos bens físicos. Devido à Companhia ter trocado de prestador de serviço durante a elaboração do controle, alguns aspectos de identificação perderam o rastro. O controle efetivo é mantido por meio de planilha eletrônica.

A deficiência do controle individual demonstra fragilidade no controle interno sobre os ativos imobilizados, bem como dificulta no que diz respeito ao acompanhamento e apuração da depreciação dos bens.

Recomendamos que o controle individual de bens do ativo imobilizado seja adequado e sistematizado. Para que tal procedimento possa ser solucionado, entendemos que os seguintes passos devam ser cumpridos:

- i. Atualização do levantamento físico dos bens existentes com a devida localização da documentação fiscal de aquisição;
- ii. Confronto dos valores apurados com os saldos contábeis existentes na data de apuração.

Comentários da administração:

Os equipamentos da companhia são muitas vezes expostos a calor extremo, manutenções com pintura ou expostos a solventes, o que propicia a perda das plaquetas de identificação. Muitos itens, especialmente os mais valiosos, são de fácil identificação, pelo que a companhia reconhece a importância do processo, mas não o considera prioritário ante outras imperfeições a serem sanadas diante do seu momento econômico-financeiro. Sem embargo, à medida que tem sido procedida a venda de numerosos bens do ativo permanente, a cia tem paulatinamente reconciliado o registro dos itens remanescentes.

7. Efetuar segregação de funções conflitantes.

Devido a atual situação da Companhia, que com a continuidade do plano de recuperação judicial e esforço da administração estão reestruturando os negócios, diversos cargos foram eliminados durante o processo, sendo que os funcionários de todos os setores vêm acumulando deveres e funções. A ausência das devidas segregações de funções traz possíveis falhas e inseguras nos controles internos geridos pela Companhia. A administração entende a deficiência, mas considera como um risco inerente ao atual momento das empresas do Grupo.

Recomendamos que a Companhia, apesar da redução do número de funcionários, avalie a possibilidade de segregar posições-chave para mitigar os riscos mencionados.

Comentários da administração:

Como mencionado, a deficiência é reconhecida e foi voluntariamente apontada a auditoria. O problema terá a atenção devida após a conclusão de determinadas implementações de sistemas críticas por compliance legal e racionalização de custos.

8. Sistematizar processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Atualmente o processo de consolidação das demonstrações financeiras das empresas do Grupo é realizado pela contabilidade, por meio de planilhas eletrônicas.

O processo de consolidação requer a aplicação de diversos conceitos, conforme requerido pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, e devido ao grau de complexidade pelo número de empresas que fazem parte do Grupo e as transações efetuadas, o controle desse processo por planilhas demonstra fragilidade a possíveis erros.

Recomendamos que a Companhia adote o processo de consolidação, ou parte dele, através de um sistema especializado, mitigando possíveis distorções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da administração:

As atividades da companhia tendem a concentrar-se progressivamente em no máximo três entidades legais, pelo que buscaremos formas de mitigar os riscos operacionais expostos priorizando essas entidades. Como condição precedente, é necessária a conclusão da implementação do sistema SAP na unidade de Veranópolis, que gera dados para duas das entidades relevantes. Estando todas as empresas em um sistema integrado, torna-se possível a estrutura de consolidação pelo SAP.

9.Acompanhar periodicamente a posição dos adiantamentos.

A Companhia e suas controladas possuem em aberto diversos saldos de adiantamentos, com clientes e fornecedores, advindos de suas operações e suas atividades, principalmente antes do processo de recuperação judicial. Durante os últimos exercícios, houve esforços da Administração para realização dos referidos adiantamentos, que em sua maioria são maquinários e itens que estão em processo de importação e por diversos motivos ainda não tiveram sua autorização liberada.

Recomendamos que a Companhia acompanhe a realização dos adiantamentos com o apoio de seus assessores jurídicos e especialistas.

Comentários da administração:

Fora efetuado levantamentos de todos os adiantamentos, os quais estão sendo direcionados aos assessores jurídicos responsáveis por causas cíveis da Lupatech, para providências. Alguns casos pouco relevantes estão sendo conciliados para verificação de possível baixa para perda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, normas de conduta, e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei. Nosso Código de Relacionamento com Fornecedor, tem como objetivo alinhar as práticas da Lupatech, junto aos fornecedores e prestadores de serviço a serem observadas, garantindo integridade, transparência e conformidade nas relações da Empresa.

Estamos trabalhando na revisão de 2020 do nosso o Código de conduta, Programa de Integridade e demais políticas e documentos correlatos, ampliando com as melhores práticas, reforçando e renovando sua importância. Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- ✓ Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
- ✓ Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
- ✓ Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
- ✓ Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
- ✓ Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa. O Comitê de Conduta Ética da Lupatech dissemina, promove o cumprimento do Código de Conduta, analisa suas violações com total imparcialidade, averiguando soluções e medidas disciplinares de acordo com a gravidade. As responsabilidades do Comitê estão descritas em seu regimento interno e foram aprovadas pela Alta direção e Conselho de administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O treinamento e a comunicação interna são ferramentas essenciais para a efetividade do Programa de Integridade, Código de Conduta e demais políticas. Nosso plano anual de treinamento inclui diversos mecanismos de reforço contínuo por meio de materiais e recursos online, bem como, treinamentos presenciais. Para novos colaboradores o treinamento é realizado na Integração.

Em fevereiro de 2019, realizamos um treinamento para todos os colaboradores, bem como, para a alta administração com o objetivo de reforçar os conceitos e diretrizes do Código de Conduta e demais políticas, evitar desvios de conduta, entre outros.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação o e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2018. O endereço para consulta é <https://lupatech.globalri.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <http://www.lupatech.com.br/canal-de-denuncia>

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Atualmente os canais de denúncia são administrados internamente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O canal de denúncias é aberto a colaboradores e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade. Todas as informações recebidas serão tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas aos Canais de Denúncias são encaminhadas à Gestão de Compliance e são tratadas em conjunto com a Alta direção e o Comitê de Conduta Ética da Lupatech, que são responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas

- c) **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Com o intuito de prevenir a responsabilização da companhia por atos lesivos praticados em virtude de processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, é realizado previamente um processo de *due diligence* legal e de compliance para identificação de irregularidades e riscos.

- d) **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

No último exercício social não houve alterações nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias e venda de ativos imobilizados.

Eventos também significativos no processo recuperacional foram a constituição de Sociedade de Propósito Específico, a emissão de debêntures no primeiro trimestre de 2018 (R\$29.313) com o fim primário de efetivar o pagamento dos credores da Classe I, e a emissão de Bônus de Subscrição (R\$340.453) no último trimestre de 2018, para promover o pagamento dos credores das Classes II, III e IV da Recuperação Judicial.

Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Nesse sentido, em agosto de 2019, a Companhia promoveu uma chamada de capital em oferta privada junto a seus acionistas levantando o valor de R\$6.994.

Em 2019, fora concluída a negociação da participação societária remanescente na Lupatech Holandesa, que controla a empresa de Serviços Colombiana no valor de US\$5.500 em dinheiro e US\$1.098 em equipamentos (R\$ 28.599 em 2016 e R\$ R\$ 11.778 em 2017). Com a conclusão da Operação, a Companhia não possui mais qualquer relação societária com referidas sociedades

A companhia possui litígios e iniciativas para buscar a redução dos seus passivos. No 3º trimestre de 2019, a Companhia obteve movimentos favoráveis em relação ao litígio com o BNDES sobre os créditos extraconcursais, que conduziram à remensuração do passivo pelos assessores legais a cargo. No 4º trimestre de 2019, houve decisão favorável em impugnação de créditos concursais e liberação de aval, ambos listados na classe III produzindo uma redução do passivo naquela classe no valor de R\$18.766.

Em 2020 a companhia também registrou avanços importantes na frente patrimonial. Parte do desafio tem sido a recuperação de ativos contingentes da companhia. No curso do ano a companhia monetizou quase R\$ 30 milhões em créditos tributários restituídos a empresas controladas, e que vieram a reforçar o caixa consolidado. Ainda remanescem cerca de R\$ 9 milhões em créditos de natureza semelhante para restituição em dinheiro.

A Lupatech obteve êxito em uma arbitragem contra a Cordoaria São Leopoldo, vendedora das operações de cabos de ancoragem, cujo débito acumulado com a companhia já se acumulou em cerca de R\$ 20 milhões e é objeto de medidas judiciais para cobrança. Mais recentemente, já em 2021, obteve-se provimento substancialmente favorável em outra arbitragem movida em face de GP Investimentos, San Antonio Internacional e outros veículos, cujo valor ainda pende de liquidação de sentença.

A Lupatech S/A teve assegurado o direito ao ressarcimento de PIS e da COFINS sobre ICMS, relativo aos impostos recolhidos de dezembro de 2001 a dezembro de 2014, que podem ser compensados com débitos futuros ou restituídos à empresa, após tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, medidas estas que tomam o devido tempo para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

surtir efeito. O trânsito em julgado parcial de dita decisão ocorreu no mês de outubro de 2019, sendo que a companhia segue litigando pelo direito a ressarcir os impostos pagos a maior a partir de 2015.

Em razão das adversidades trazidas pela Covid-19, a Lupatech convocou os credores para uma nova assembleia, onde buscou-se promover alterações ao plano de recuperação judicial em vigor visando reestabelecer o seu equilíbrio original. Os pleitos da companhia encontraram amplo suporte dos credores, que apoiaram a administração aprovando por larga maioria: (a) o diferimento de pagamentos dos créditos da classe III para fazer face ao impacto imediato da pandemia, (b) o ajuste da forma de pagamento dos credores em moeda estrangeira, frente a maxidesvalorização do Real, e (c) ajustes à forma de pagamento dos créditos da classe I. O aditivo ao plano de recuperação judicial, homologado ao fim de 2020, teve efeitos significativos sobre o balanço da companhia, sendo que se refletiu principalmente no cômputo da dívida concursal (de R\$ 236 foi ajustada a R\$ 162 milhões de valor presente) e das contingências prováveis trabalhistas (de R\$ 44 passaram a R\$ 23 milhões).

As medidas de obtenção de recursos supramencionadas, se efetivadas dentro do esperado, proporcionarão o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço da dívida no curto prazo. Em horizonte mais longo, a Companhia poderá requerer recursos adicionais para financiar sua retomada, em montantes que dependerão da própria velocidade da retomada. Para fazer frente a essa necessidade, a Companhia empreende medidas que poderão ter efeito substancial a médio prazo.

Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás, pela crise econômica do Brasil e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar em patamares superiores à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

A partir do final de 2019 e do início do ano de 2020, a Petrobras e outros clientes demandaram licitações de valor substancial para as unidades de negócio de Válvulas de Óleo e Gás e Cabos de Ancoragem. No curso de 2020, a Lupatech firmou contratos de fornecimento de Válvulas e Cabos de Ancoragem, sem obrigação de compra, no montante total de R\$83 milhões. Tais eventos são importantes indicadores da esperada retomada da atividade na indústria e de seus benefícios para a Lupatech.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

Recuperação Judicial e Reestruturação

Como descrito, em 2020 aconteceram avanços relevantes na reestruturação da companhia. Mas houve direções em que a companhia não pode avançar.

A desmobilização de ativos, por exemplo, ficou praticamente paralisada no período. Estima-se remanescerem entre US\$ 5 e 7 milhões de ativos a serem monetizados. Apenas recentemente, em 2021, com aumento do preço do petróleo, a procura por estes ativos foi retomada e negociações iniciadas.

Há R\$ 9 milhões créditos ainda a monetizar e atualmente persegue-se a habilitação à compensação dos créditos oriundos da causa de PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS. Há R\$ 29,8 milhões de créditos de decisões já transitadas em julgado. A habilitação destes créditos contribuirá para a preservação do caixa, especialmente à medida que os volumes de vendas subam.

A Lupatech está tomando providências derradeiras no sentido de obter as certidões de regularidade fiscal, das quais está dispensada pela proteção conferida pela lei 11.101.

Também estão em curso as providências necessárias para o reconhecimento do plano de recuperação judicial aditado em *Chapter 15* nos EUA. A partir deste, será possível a troca das Notes de emissão da Lupatech Finance por novos instrumentos alinhados com as condições pactuadas na RJ.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No mesmo sentido, a companhia está realizando uma nova emissão de bônus de subscrição, visando o cumprimento do plano em seus termos reajustados, que requerem um número maior de instrumentos dos que os produzidos pela emissão anterior.

As três providências acima são relevantes e podem requerer prestações jurisdicionais da recuperação judicial, portanto precedem eventual pleito de encerramento do concurso.

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2018	2019	2020
Ativo Circulante	227.832	184.200	196.827
Ativo Não Circulante	353.893	320.428	295.782
Passivo Circulante	127.989	68.364	77.081
Passivo Não Circulante	320.541	336.699	275.328
Liquidez Corrente	1,78	2,69	2,55
Liquidez Geral	1,30	1,25	1,40
Dívida Líquida	174.486	142.942	125.126
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(32.423)	(20.127)	(5.793)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou redução de 15,1% comparado o exercício de 2020 ao exercício de 2019, e redução de 15,3% comparado o exercício de 2019 ao exercício de 2018. Consequência principalmente do efeito da redução do ajuste a valor presente sobre o endividamento sujeito à Recuperação Judicial e da redução da dívida pelo aditivo do plano homologado em 26 de novembro de 2020, também por êxitos em relação a litígios e impugnação de créditos concursais.

b. Estrutura de capital

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2018	2019	2020
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	497.118	405.063	352.409
Endividamento Financeiro Total	175.731	148.776	126.371
Outros passivos circulante e não circulante	272.799	256.287	226.038
Patrimônio Líquido	84.607	99.565	140.200
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido	32,5%	40,1%	52,6%
% Endividamento Financeiro Total	67,5%	59,9%	47,4%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	497.118	405.063	352.409
Passivo Total	581.725	504.628	492.609
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	85,5%	80,3%	71,5%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, dividimos o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial).

Encerramos o exercício de 2018 com Estrutura de Capital composta de 67,5% de Endividamento Financeiro Total e 32,5% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por Bonds, Debêntures, credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES.

Encerramos o exercício de 2019 com Estrutura de Capital composta de 59,9% de Endividamento Financeiro Total e 40,1% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por Bonds, Debêntures, credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras), linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

Encerramos o exercício de 2020 com Estrutura de Capital composta de 47,4% de Endividamento Financeiro Total e 52,6% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por Debêntures, credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras), linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e Títulos Descontados com coobrigação.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Atualmente, 76,3% do valor do endividamento total encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

O endividamento de curto prazo corresponde a dívidas com o BNDES, com garantias de alienação fiduciária, não sujeitas à Recuperação Judicial e Títulos Descontados com coobrigação. Demais montantes, correspondem a dívidas que serão pagas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)					
	2018		2019		2020	
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	53.040	30,2%	23.381	15,7%	29.994	23,7%
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	122.691	69,8%	125.395	84,3%	96.377	76,3%
Endividamento Financeiro Total	175.731	100,0%	148.776	100,0%	126.371	100,0%

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2018	2019	2020
Dívida Líquida	174.486	142.942	125.126
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(32.423)	(20.127)	(5.793)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos três últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com diversas medidas voltadas para o aumento da liquidez da companhia, principalmente a venda de ativos e a recuperação de créditos tributários e contingentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A companhia atuou fortemente na negociação e venda de ativos imobilizados e foram monetizados aproximadamente R\$ 30 milhões em créditos tributários restituídos.

Nos exercícios de 2018 e 2019 concluiu-se a venda da participação societária da controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a EXEN Technology Corp. pelo montante total de US\$12.565 milhões. Em 2019, em agosto respectivamente, a Companhia promoveu uma chamada de capital em oferta privada junto a seus acionistas levantando o valor de R\$6.994.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos utilizar recursos oriundos de desmobilizações de ativos. Há também R\$ 9 milhões créditos ainda a monetizar e estamos atualmente perseguindo a habilitação à compensação dos créditos oriundos da causa de PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS. Temos R\$ 29,8 milhões de créditos de decisões já transitadas em julgado. A habilitação destes créditos contribuirá para a preservação do caixa, especialmente à medida que os volumes de vendas subam.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2018	2019	2020
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	53.040	23.381	29.994
Linhas de Financiamentos	43.704	18.194	28.957
Debêntures	9.336	5.187	1.037
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	122.691	125.395	96.377
Linhas de Financiamentos	122.691	125.395	96.377
Endividamento Financeiro Total	175.731	148.776	126.371
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.245)	(5.834)	(1.245)
Dívida Líquida	174.486	142.942	125.126

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2020 atingiu R\$ 30 milhões, redução de 28,3% comparando com encerramento do exercício de 2019, devido principalmente aos efeitos do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado em 26 de novembro de 2020.

A Dívida de Longo Prazo apresentou redução de 23,1% no encerramento do exercício de 2020 quando comparada ao encerramento do exercício de 2019, devido principalmente aos efeitos do Aditivo do Plano na dívida concursal da Companhia.

O saldo total de Endividamento reduziu 15,06% no exercício de 2020 atingindo R\$ 126,4 milhões versus R\$ 148,8 milhões no exercício de 2019.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada, no exercício de 2020, foi de R\$ 125,1 milhões, redução de 12,0% comparado com o exercício de 2019, consequência principalmente da redução da dívida concursal no balanço da Companhia devido ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Bonds - Novas Notas

Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a emissão de Novas Notas – Bonds, no montante de US\$ 47.850 mil, representativas da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos com valor de face equivalente a 15% do montante atualizado até 18 de julho de 2014 (inclusive principal e juros incorridos e não pagos) dos bônus

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

perpétuos, pela Lupatech *Finance Limited*, de acordo com os termos e condições estabelecidos no plano de recuperação extrajudicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante.

O pagamento dos créditos quirografários dos *Noteholders*, serão realizados em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação cambial, mediante pagamento de 30% do valor do respectivo crédito quirografário, incluindo principal, juros e encargos incorridos atualizados a taxa de 0.4%, por meio da entrega de Novas *Notes*, e pagamento de 70% do valor do respectivo crédito quirografário, equivalentes ao saldo restante do principal, por meio da dação em pagamento de Bônus de Subscrição (*Warrants*).

Debêntures

Em 15 de abril de 2009, a Companhia emitiu 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, de colocação privada, conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$ 320.000. Referidas debêntures eram remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano.

As debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração deveria ser paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, com o primeiro pagamento ajustado em 15 de abril de 2010.

Caso toda ou parte das debêntures não fossem convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado fosse atingida, as mesmas fariam jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$ 423,75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, ampliava a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que tinham a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido. Desta forma, foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o valor justo do derivativo embutido foi de zero e R\$ 442,30, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2014 totalizou um ganho de R\$ 819 (ganho de R\$ 13.526 no exercício de 2013), registrado no resultado financeiro do período.

Em 15 de abril 2014, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante total de R\$ 83.155, corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012 e 2013.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta os titulares de debêntures, por sua vez, recebiam o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 364.985 de debêntures foi convertido em 1.459.938 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e R\$ 66.960 desperfilados em novas debêntures, não conversíveis e sem garantia, sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O pagamento dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas as debêntures, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano.

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados.

		31/12/2018				31/12/2019			31/12/2020		
Descrição	Indexador	Taxa de Juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial											
Moeda nacional											
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.245	39.910	41.155	1.495	39.650	41.145	1.495	41.363	42.858
Capital de giro / expansão			1.245	39.910	41.155	1.495	39.650	41.145	1.495	41.363	42.858
(-) Ajuste a valor presente			-	(19.963)	(19.963)	-	(17.798)	(17.798)	-	(22.678)	(22.678)
Credores quirografários	FIXO	3,3% a.a. + TR	2.817	90.343	93.160	934	86.364	87.298	461	84.360	84.821
Capital de giro / expansão			401	12.866	13.267	130	13.580	13.710	76	13.541	13.617
Capital de giro / expansão			343	11.012	11.355	111	11.624	11.735	64	11.924	11.988
Capital de giro / expansão			457	14.661	15.118	235	15.475	15.710	86	14.144	14.230
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento			168	5.397	5.565	55	5.696	5.751	31	5.577	5.608
Aval prestado - Garantia por carta de fiança			266	8.520	8.786	-	-	-	-	-	-
Debêntures			1.182	37.887	39.069	403	39.989	40.392	204	39.174	39.378
(-) Ajuste a valor presente			-	(45.290)	(45.290)	-	(42.818)	(42.818)	-	(49.993)	(49.993)
Moeda estrangeira											
Credores quirografários	FIXO	0,4% a.a.	2.445	92.743	95.188	1.256	98.164	99.420	754	77.089	77.843
Noteholders			2.445	92.743	95.188	1.256	98.164	99.420	754	77.089	77.843
(-) Ajuste a valor presente			-	(36.173)	(36.173)	-	(38.167)	(38.167)	-	(33.764)	(33.764)
			6.507	121.570	128.077	3.685	125.395	129.080	2.710	96.377	99.087
Não sujeito à Recuperação Judicial											
Moeda nacional											
Capital de giro / expansão	CDI	6,80% a.m.	2.376	-	2.376	2.692	-	2.692	2.958	-	2.958
Capital de giro / expansão	TJLP	4,86% a.m.	21.353	-	21.353	8.648	-	8.648	8.648	-	8.648
Títulos descontados com co-obrigação	-	1,20% a.m.	1.853	-	1.853	648	-	648	12.119	-	12.119
Cheque especial	FIXO	6,00% a.m.	99	-	99	1	-	1	3	-	3
Moeda estrangeira											
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	4.478	-	4.478	2.520	-	2.520	2.519	-	2.519
Capital de giro / expansão	PESO COP	12,55% a.a.	7.038	1.121	8.159	-	-	-	-	-	-
			37.197	1.121	38.318	14.509	-	14.509	26.247	-	26.247
			43.704	122.691	166.395	18.194	125.395	143.589	28.957	96.377	125.334

Os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, listados em reais, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano e TR + 3,3% ao ano, respectivamente, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial. Já credores listados em moeda estrangeira, são atualizados a uma taxa de 0.4% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2020 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 106.435, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2019 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 98.783, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 101.426, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
2019	4.876	-	-
2020	4.841	-	-
2021	4.691	4.062	1.497
2022	4.691	4.995	2.247
2023	4.691	6.628	2.675
2024	4.691	10.780	4.225
2025	4.691	12.711	5.350
A partir de 2026	89.519	86.219	80.383
	<u>122.691</u>	<u>125.395</u>	<u>96.377</u>

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos foram concedidas conforme segue:

Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial

Moeda nacional	Garantia	Valor da garantia
Capital de giro / expansão	Hipoteca / Edificações	134.149
Capital de giro / expansão	Máquinas e equipamentos	5.005
		<u>139.154</u>

A higidez das garantias de máquinas e equipamentos outorgados em alienação fiduciária é objeto de disputa judicial.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Originalmente as relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados aos *Bonds* e dívidas de Debêntures. Atualmente estão suportadas pelo Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As Debêntures, por terem garantia da espécie flutuante, estão subordinadas aos títulos com garantia real.

Os *Bonds* são quirográficos, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos demais títulos da Companhia que possuem garantias reais ou flutuantes.

Devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirográficos do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano ou 0,4% ao ano mais variação cambial, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016. Não existe relação de subordinação entre os créditos quirográficos por força do Plano de Recuperação Judicial.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

Cláusulas Restritivas Financeiras (Covenants)

A controlada indireta Lupatech OFS SAS no exercício de 2018, possuía *covenants* financeiros atrelados a contrato de leasing com Bancolombia, que relacionavam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos *covenants*. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não detém mais controle acionário sobre a controlada indireta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lupatech OFS SAS em virtude da venda total de participação societária, ocorrida no mês de setembro e entrega de controle para a EXEN *Technology Corp.*

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o saldo de R\$4.865 de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado - garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre UNIFIT - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba Ltda e o BNB, no montante de R\$31.180, do qual a Companhia era garantidora em 50%. O débito estava computado na dívida sujeita à Recuperação Judicial. No quarto trimestre de 2019, o crédito foi saciado e a Lupatech foi desobrigada desta dívida pelo credor.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com evidência em volume de descontos recentes, nosso limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras foi de R\$ 10 milhões. Os vencimentos raramente superam 1 mês, portanto os limites tomados costumam ser baixos e variar continuamente. A instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as nossas duplicatas.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela **Crowe Macro Auditores Independentes**, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento de Resultado Bruto; (ii) aumento de Outras Receitas/Despesas Operacionais e (iii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2020 atingiu R\$ 54,6 milhões versus R\$ 32,7 milhões apurados no exercício de 2019, um aumento de 67%. Esses resultados refletem a retomada de volumes da Companhia e o êxito em seus esforços de crescimento empreendidos no período.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2020 foi de R\$ 12,4 milhões em comparação com o lucro bruto de R\$ 20 mil no exercício de 2019 em decorrência do aumento da Receita Líquida Consolidada de R\$ 21,9 milhões (67%).

No exercício de 2020 o total da receita líquida foi maior em decorrência do resultado dos esforços progressivos da Companhia para melhorar a rentabilidade nas vendas. A despesa de depreciação tem um grande peso em nossas margens, devido ao elevado capital imobilizado em um cenário de baixo nível de atividade. Excluída a depreciação que não importa em desembolso de recursos, a margem em 2020 aumentou 1 ponto porcentual comparada à 2019.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 27,7 milhões no exercício de 2020 em comparação com 2019, passando de R\$ 104,1 milhões para R\$ 131,8 milhões. As principais receitas ocorridas em 2020 foram: (i) R\$ 93,9 milhões referentes aos imóveis vertidos às empresas Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda e Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A, ambas controladas integrais da companhia; (ii) R\$ 26,1 milhões de atualização de processos contingentes; (iii) R\$ 9,7 de reversão de *impairment* de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Despesas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 5,8 milhões no exercício de 2020 em comparação a 2019, passando de R\$ 94,9 milhões em 2019 para R\$ 100,7 milhões em 2020. As principais despesas em 2020 foram: (i) R\$ 10,7 milhões de *impairment* de ativos; (ii) R\$ 43,8 milhões de custo na disposição de ativos fixos principalmente devido aos imóveis vertidos à empresa IIno Administradora de Bens e Direitos Ltda e Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A.; (iii) R\$ 12,9 de ociosidade de produção; (iv) R\$ 12,5 milhões de atualizações de contingências e processos judiciais.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2020 atingiu R\$ 54,4 milhões versus R\$ 19,7 milhões no exercício de 2019, resultando em um aumento significativo devido principalmente à contabilização de receita de Ajuste a Valor Justo e Ajuste a Valor Presente devido ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado em 26 de novembro de 2020

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziu R\$ 11,7 milhões no exercício de 2020 em comparação com o de 2019, atingindo R\$ 31,3 milhões no ano de 2020 versus R\$10,2 milhões em 2019. A redução se deve principalmente à (i) atualização de multas e juros de mora sobre débitos tributários, (ii) reconhecimento do ajuste a valor presente da dívida sujeita a Recuperação Judicial e (iii) redução de despesa de atualização juros sobre fornecedores e empréstimos em Recuperação Judicial.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2020 resultou em despesa de R\$ 31,3 milhões versus uma despesa de R\$ 10,2 milhões no exercício de 2019 afetada pela valorização da moeda norte-americana frente ao Real. Notar que, ao passo que a variação cambial sobre os passivos da empresa com suas controladas no exterior afeta os resultados, as variações cambiais sobre o patrimônio das respectivas empresas controladas no exterior têm contrapartida diretamente no Patrimônio Líquido.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2020 resultou em receita de R\$ 18,2 milhões versus uma despesa de R\$ 10,2 milhões em 2019.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou 260%, ou R\$ 15,2 milhões, passando de R\$ 5,8 milhões no exercício de 2019 para R\$ 21 milhões no exercício de 2020, devido principalmente à monetização de créditos tributários (ressarcimento de créditos de IRPJ e CSLL) e antecipação de títulos negociados com instituições financeiras.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes aumentou 78%, ou R\$ 8,4 milhões, passando de R\$ 10,8 milhões no exercício de 2019 para R\$ 19,2 milhões no exercício de 2020. O aumento se deve ao crescimento nas vendas e ao êxito em seus esforços de crescimento empreendidos no período.

Títulos e Valores Mobiliários

O saldo de Títulos e Valores Mobiliários reduziu R\$ 1,8 milhões ou 97,5%, passando de R\$ 1,8 milhões no exercício de 2019 para R\$ 44 mil no exercício de 2020. A redução advém do resgate referente a *Escrow Account* que estava aplicado em CDB.

Depósitos Judiciais

O saldo de Depósitos Judiciais reduziu 51,3%, ou R\$ 12,8 milhões, passando de R\$ 25,0 milhões em 2019 para R\$ 12,2 milhões em 2020, devido principalmente ao reconhecimento de *impairment* e atualização de valores de depósitos judiciais de acordo com a análise dos assessores jurídicos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a Recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar reduziu 37,4%, ou R\$ 8,4 milhões, passando de R\$ 55,1 milhões no exercício de 2019 para R\$ 34,5 milhões no exercício de 2020. A redução se deve principalmente à restituição de IRPJ e CSLL junto à Receita Federal do Brasil (o valor de monetização de créditos tributários de aproximadamente R\$30 milhões estão distribuídos entre curto e longo prazo).

Propriedade para Investimentos

O saldo de Propriedades para Investimento diminuiu 43,8 %, passando de R\$ 50,4 milhões em 2019 para R\$ 28,4 milhões em 2020, principalmente referente ao imóvel de Nova Odessa – SP vertido à empresa Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda para sua constituição conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2020.

Imobilizado

O Saldo de ativo imobilizado passou de R\$ 87 milhões em 2019 para R\$ 126,8 milhões em 2020, que representa 50,7%. Devido principalmente ao imóvel vertido para a Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda.

Empréstimos e Financiamentos – Não sujeitos à recuperação judicial

O saldo de Empréstimos e Financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial aumentou em 80,9%, ou R\$ 11,7 milhões passando de R\$ 14,5 milhões em 2019 para R\$ 26,2 milhões em 2020. O aumento se deve a títulos antecipados sem coobrigação.

Debêntures

O saldo de Debêntures reduziu em 80% ou R\$ 4,1 milhões, passando de R\$ 5,2 milhões em 2019 para R\$1,0 milhão em 2020 devido à conversão em ações e integralização de capital social conforme processos de conversão em ações da Companhia.

Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial

O Saldo de salários e provisões sujeitos à recuperação judicial passou de R\$ 94 mil para R\$ 2,2 milhões devido a habilitação nos autos da Recuperação Judicial.

Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo de Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial diminuiu 11,2% ou R\$ 6,3 milhões passando de R\$ 56,7 milhões em 2019 para R\$ 50,4 milhões, principalmente devido aos efeitos do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado em 26 de novembro de 2020.

Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial

O saldo de Empréstimos e Financiamentos - sujeitos à recuperação judicial reduziu 23,1% ou R\$ 29,0 milhões passando de R\$ 125,4 milhões em 2019 para R\$ 96,4 milhões, principalmente devido aos efeitos do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial.

Impostos a Recolher

O saldo de impostos a recolher aumentou 46,9% ou R\$ 8,1 milhões passando de R\$ 17,2 milhões em 2019 para R\$ 25,4 milhões em 2020, devido principalmente à adesão da Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) que reorganizou além dos impostos correntes também dívidas de parcelamentos Previdenciários e Fazendários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

O saldo de Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis diminuiu 39,8% ou R\$ 23,1 milhões principalmente devido a mudança de estimativa nas causas trabalhistas em virtude do efeito do aditivo do plano de recuperação judicial.

Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial

O saldo de obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial diminuiu 66,7% ou R\$ 4,7 milhões também afetado pelo aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado em 26 de novembro de 2020.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 40,8%, ou R\$ 40,6 milhões, passando de R\$ 99,6 milhões no exercício de 2019 para R\$ 140,2 milhões no exercício de 2020, devido principalmente a conversão de debentures em ações e ao efeito do aditivo do plano de recuperação judicial sobre as dívidas concursais.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução de Receitas/Despesas Operacionais e (ii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2019 atingiu R\$ 32,7 milhões versus R\$ 34,7 milhões apurados no exercício de 2018, uma redução de 5,8%. Esse comportamento espelha a estagnação econômica com viés de retomada nos negócios de válvulas.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2019 foi de R\$ 20 mil em comparação com o lucro bruto de R\$ 1,8 milhões no exercício de 2018 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 2,0 milhões (5,8%). A despesa de depreciação tem um peso elevado em nossas margens devido ao elevado capital imobilizado, em um cenário de baixo nível de atividade. Excluída a depreciação que não importa em desembolso de recursos, a margem interanual aumentou 3,7%.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 76,3 milhões no exercício de 2019 em comparação com 2018, passando de R\$ 24,2 milhões para R\$ 100,5 milhões. As principais receitas ocorridas em 2019 foram: (i) R\$ 41,0 milhões referente a venda de ativos fixo e venda de investimento de empresa controlada; (ii) R\$ 37,2 milhões de reversões de despesas oriundos de êxitos judiciais; (iii) R\$ 14,2 de recuperação de tributos e contribuições.

As Despesas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 40,7 milhões no exercício de 2019 em comparação a 2018, passando de R\$ 50,6 milhões em 2018 para R\$ 91,3 milhões em 2019. As principais despesas em 2019 foram: (i) R\$ 7,0 milhões de *impairment* dos ativos fixos; (ii) R\$ 49,5 milhões de custo na venda de ativos fixos e custo na venda de investimento de empresa controlada; (iii) R\$ 14,1 de ociosidade de produção; (iv) R\$ 11,3 milhões de atualizações de contingências e processos judiciais.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2019 atingiu R\$ 19,7 milhões versus R\$ 46,3 milhões no exercício de 2018, uma redução de 57,5%, devido principalmente ao ajuste ao valor justo dos bônus de subscrição emitidos de acordo com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e pela variação monetária decorrente de atualização de Selic oriundos de pedido de restituição de IRPJ e CSLL, no ano de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziu consideravelmente no exercício de 2019 em comparação com o de 2018, atingindo R\$ 19,0 milhões no ano de 2019 versus R\$ 28,5 milhões em 2018. A redução se deve principalmente ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários pela adesão e consolidação do PERT, no exercício anterior.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2019 resultou em despesa de R\$ 10,2 milhões versus uma despesa de R\$ 69,5 milhões no exercício de 2018 afetada pela desvalorização de 4,02% na moeda norte-americana frente ao Real.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2019 resultou em despesa de R\$ 9,6 milhões versus uma despesa de R\$ 51,8 milhões em 2018.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2019 foi prejuízo de R\$ 26,2 milhões comparado com o prejuízo de R\$ 101,3 milhões em 2018.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou 368%, ou R\$ 4,6 milhões, passando de R\$ 1,2 milhão no exercício de 2018 para R\$ 5,8 milhões no exercício de 2019, devido a entrada de recursos referente a venda da participação societária remanescente da *Oilfield Services* Colômbia.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 65,6%, ou R\$ 20,5 milhões, passando de R\$ 31,3 milhões no exercício de 2018 para R\$ 10,8 milhões no exercício de 2019. A redução se deve a operação descontinuada da *Oilfield Services* Colômbia, pois grande parte do valor apresentado em 2018 pertencia a esta controlada.

Estoque

O saldo dos estoques reduziu 21,9%, passando de R\$ 38,9 milhões no exercício de 2018 para R\$ 30,4 milhões para o exercício de 2019 devido a venda da participação societária remanescente da *Oilfield Services* Colômbia.

Ativos Classificados como Mantidos para Venda

O saldo dos ativos classificados como mantidos para venda reduziu R\$ 20,7 milhões ou 23,2% quando comparado 2019 versus 2018, devido a vendas de máquinas e equipamentos das unidades de serviços que estão sendo desmobilizadas.

Intangível

O saldo do Intangível reduziu 25,0%, ou R\$ 28,9 milhões, passando de R\$ 115,9 milhões no exercício de 2018 para R\$ 87,0 milhões no exercício de 2019, devido especialmente ao ágio reconhecido no balanço da unidade *Oilfield Services* Colômbia, empresa não mais controlada pela Lupatech em 2019.

Fornecedores – Não Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo de Fornecedores – não sujeitos à recuperação judicial reduziu 70,0% ou R\$ 17,9 milhões, passando de R\$ 25,5 milhões no exercício de 2018 para R\$ 7,6 milhões em 2019, devido a pagamentos e ao saldo pertencente a unidade *Oilfield Services* Colômbia, empresa não mais controlada pela Lupatech em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Empréstimos e Financiamentos – Não sujeitos à recuperação judicial*

O saldo de Empréstimos e Financiamentos - não sujeitos a recuperação judicial reduziu 61% ou R\$ 22,7 milhões, passando de R\$ 37,2 milhões para R\$ 14,5 milhões devido ao recômputo da dívida com BNDES por conta do litígio existente.

Debêntures

O saldo de Debêntures reduziu 44,4% ou R\$ 4,1 milhões, devido a conversão de capital conforme a Terceira Emissão de Debêntures, objetivando a obtenção e captação de recursos para promover o pagamento de parte dos créditos de natureza trabalhista, e outros créditos não sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial.

Salários e Provisões

O saldo da conta Salários e Provisões reduziu 35,4% ou R\$ 4,3 milhões, passando de R\$ 12,3 milhões no exercício de 2018 para R\$ 8,0 milhões em 2019, devido principalmente a unidade *Oilfield Services* Colômbia, empresa não mais controlada pela Lupatech em 2019.

Impostos a Recolher

O aumento nos impostos a recolher de 32,7% nos comparativos de 2019 versus 2018, deve-se a diversos parcelamentos Federais, Estaduais e Municipais, aderidos pelo grupo Lupatech, que levam consigo atualizações de multas e juros.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu 25,2%, ou R\$ 33,6 milhões, passando de R\$ 133,2 milhões no exercício de 2018 para R\$ 99,6 milhões no exercício de 2019, devido a venda da participação societária remanescente da *Oilfield Services* Colômbia e a perda de controle desta unidade de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Comentários sobre:

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2020

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2020 atingiu R\$ 54,6 milhões versus R\$ 32,7 milhões apurados no exercício de 2019. No Segmento de Produtos, no negócio de Válvulas tivemos um incremento nas vendas de 30% no comparativo do 4T20 com o 3T20 e um aumento de 69% no comparativo interanual. Esses resultados refletem a retomada de volumes da Companhia e o êxito em seus esforços de crescimento empreendidos no período. As receitas apresentadas no negócio de Cabos e Compósitos decorrem da venda de resíduos e estoques, pois as plantas não operaram nos períodos comparados. As receitas que compõe o Segmento de Serviços são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

O Lucro Bruto no exercício de 2020 foi positivo em R\$ 12,4 milhões.

As outras despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 9,2 milhões em 2019 de receita versus R\$ 31,1 milhões de receita em 2019. Variação de R\$ 36,0 milhões que está relacionada aos seguintes fatores: (i) 23,1 milhões de atualizações de contingências e processos judiciais; (ii) R\$ 12,8 milhões de ociosidade de produção; (iii) 50,1 milhões de efeito líquido de resultado de alienação de ativos, re; e (iv) 19,3 de milhões de reconhecimento de *impairment* de ativos.

Quando analisado 2020 versus 2019 observa-se um aumento na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 37,2 milhões, devido principalmente à contabilização de receita de Ajuste a Valor Justo e Ajuste a Valor Presente devido ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado em 26 de novembro de 2020.

As Despesas Financeiras no ano de 2020 versus o de 2019, tiveram uma redução de R\$ 11,7 milhões. Principalmente devido à (i) atualização de multas e juros de mora sobre débitos tributários, (ii) reconhecimento do ajuste a valor presente da dívida sujeita a Recuperação Judicial e (iii) redução de despesa de atualização juros sobre fornecedores e empréstimos em Recuperação Judicial.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 5,8 milhões no exercício de 2020 ante resultado negativo de R\$ 20,1 milhões em 2019.

Exercício de 2019

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2019 atingiu R\$ 32,6 milhões versus R\$ 34,6 milhões apurados no exercício de 2018. O Segmento de Produtos apresentou uma redução de 5,5% comparando o exercício de 2019 com o exercício de 2018. Nos negócios de válvulas, ainda que tenha se observado uma aceleração no curso do ano, o cenário de estagnação, com receitas em mesmos patamares. Esse comportamento espelha a estagnação econômica com viés de retomada. No negócio de Tubulares após a conclusão de um pequeno contrato em 2018, as plantas voltaram a parar por falta de atividade. Já a redução de receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil espelha a descontinuação dos negócios no Segmento em curso desde 2017. O faturamento ocorrido em 2019 não é decorrente da operação, e sim à liquidação de saldos de estoques.

O Lucro Bruto no exercício de 2019 foi positivo em R\$ 20 mil.

As outras despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 26,9 milhões em 2018 de despesa versus R\$ 9,2 milhões de receita em 2019. Variação de R\$ 36,0 milhões que está relacionada aos seguintes fatores: (i) R\$ 41,0 milhões referente a venda de ativos fixo e venda de investimento de empresa controlada; (ii) R\$ 37,2 milhões de reversões de despesas oriundos de êxitos judiciais; (iii) R\$ 14,2 de recuperação de tributos e contribuições; (iv) R\$ 7,0 milhões de *impairment* dos ativos fixos; (v) R\$ 49,5 milhões de custo na venda de ativos fixos e custo na venda de investimento de empresa controlada; (vi) R\$ 14,1 de ociosidade de produção; (vii) R\$ 11,3 milhões de atualizações de contingências e processos judiciais.

Quando analisado 2019 versus 2018 observa-se uma redução na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 42,1 milhões, devido principalmente ao ajuste ao valor justo dos bônus de subscrição emitidos de acordo com a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e pela variação monetária decorrente de atualização de Selic oriundos de pedido de restituição de IRPJ e CSLL, no ano de 2018.

As Despesas Financeiras no ano de 2019 versus o de 2018, tiveram uma redução de R\$ 33,2 milhões. Principalmente ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários pela adesão e consolidação do PERT, no exercício anterior.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 20,1 milhões no exercício de 2019 ante resultado negativo de R\$ 32,4 milhões em 2018.

Exercício de 2018

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2018 atingiu R\$ 126,5 milhões versus R\$ 112,4 milhões apurados no exercício de 2017. O Segmento de produtos apresentou uma pequena redução em 2018 se comparado a 2017 principalmente nas Válvulas de Oil&Gas devido a vendas relevantes ocorridas para mercado externo em 2017 que não ocorreram em 2018. A partir do 2T18 alteramos a composição dos segmentos de negócio, passando a tratar a divisão de tubulares como parte do negócio de Produtos que em 2018 faturou R\$ 2,0 milhões referente a conclusão do contrato que iniciou no 2T18. Na divisão de Válvulas Industriais as vendas de 2017 e 2018 foram bastantes similares. O Segmento de Serviços demonstrou uma Receita Líquida de R\$ 92,2 milhões em 2018 ante R\$ 77,5 milhões em 2017. O aumento se deu na divisão *Oilfield Services* Colômbia se deve à recuperação do mercado colombiano, catalisada pela recapitalização da empresa colombiana na transação com a Petroalianza. A redução de receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil espelha a descontinuação dos negócios no Segmento o faturamento ocorrido em 2018 não é decorrente da operação, refere-se à venda de estoques.

O Lucro Bruto no exercício de 2018 foi positivo em R\$ 19,1 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 5,3 milhões no exercício de 2017, tendo uma variação positiva de Margem Bruta de 15,1 pontos percentuais, em decorrência da melhora do mercado Colombiano.

As outras despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 36,4 milhões em 2017 de receita versus R\$ 31,1 milhões de despesa. Variação de R\$ 67,5 milhões está relacionada aos seguintes fatores: (i) R\$ 54,6 milhões referente reversão em 2017 de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A em agosto de 2012 não recorrente em 2018; (ii) R\$ 8,6 milhões relativos a variações de passivos ajustados na consolidação do PERT e (i) 2,8 milhões de perda na alienação de investimentos, referente a venda de participação societária de 49% da controlada indireta Lupatech OFS Cöoperatief U.A.

Quando analisado 2018 versus 2017, observa-se um aumento na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 2,4 milhões, devido principalmente a: (i) redução de multa, juros e encargos da adesão ao PERT (R\$ 40,8 milhões em 2017 ante 6,8 milhões em 2018); (ii) variação monetária decorrentes de atualização de Selic oriundos de pedido de restituição e saldo negativo de IRPJ e CSLL R\$ 9,3 milhões e (iii) R\$ 27,9 milhões da contabilização de receita de Ajuste a Valor Justo referente a emissão de Bônus de Subscrição conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

As Despesas Financeiras no ano de 2018 versus o de 2017, tiveram uma redução de R\$ 34,2 milhões Principalmente devido ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários consonante, o processo de consolidação do PERT (e a contabilização do ajuste a valor presente da dívida sujeita a Recuperação Judicial.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 24,7 milhões no exercício de 2018 ante resultado negativo de R\$ 22,0 milhões em 2017.

Analisando o EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuada de 2018 versus 2017, observa-se um aumento no Segmento de Produtos de R\$ 1,3 milhões e uma redução no Segmento de Serviços de R\$ 3,4 milhões. No de Produtos a melhora se deu principalmente em razão da melhor rentabilidade das vendas. Já no de Serviços a piora do EBITDA justifica-se pelos encerramentos dos contratos junto à Petrobrás ocorridos em julho de 2017, não gerando receita em 2018.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos podem ser altamente customizados, o que afeta a precificação a cada novo projeto em que se participa.

Nos últimos três anos não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

Nossa Receita Líquida pode ser afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

A variação cambial sobre insumos costuma resultar pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (“B3” LUPA3) e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADR (LUPAQ). O grupo, que conta com 298 colaboradores, atua na manufatura (segmento Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compósitos, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo.

Até 11 de Setembro de 2019 a Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (segmento Serviços), negócio do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

A Companhia efetuou nos últimos 3 exercícios os desinvestimentos de operações *non-core* no Segmento de Serviços conforme segue:

- Controlada indireta Lupatech OFS S.A.S
- Controlada direta Lupatech OFS Cöoperatief U.A.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Processo de desinvestimento de ativos non-core

Concomitante ao processo de capitalização e reestruturação do endividamento, para viabilizar o suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e viabilização mínima de liquidez para a Companhia foram realizados importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos *non-core*:

Em dois momentos, durante o exercício de 2017 foi realizada a venda de participação societária da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a PetroAlianza International Ltd.: em 25 de agosto de 2017, foi vendido 19,6% de participação, pelo valor de US\$2.000.000,00, com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente e; em 07 de dezembro de 2017, foi vendido mais 13% de participação, pelo valor de US\$1.666.000,00, atingindo uma participação equivalente total de 49% em 31 de dezembro de 2017.

Em 2019, fora concluída a negociação da participação societária remanescente na Lupatech Holandesa, que controla a empresa de Serviços Colombiana no valor de US\$5.500 em dinheiro e US\$1.098 em equipamentos. Com a conclusão da Operação, a Companhia não possui mais qualquer relação societária com referidas sociedades.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Comentários dos diretores sobre questões contábeis

a. comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, em vigor desde 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou as novas normas e a administração avaliou os impactos de sua adoção, não identificando ajustes para divulgação.

(i) IFRS 16 Leases (CPC 06 R2 - Arrendamentos)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações trimestrais, não identificou mudanças que pudessem ter impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a seguinte interpretação técnica:

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Esta interpretação entrou em vigor a partir de períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019 e seus impactos foram avaliados pela Administração da Sociedade não resultando impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Desde 1º de janeiro de 2018 as seguintes normas estão em vigor:

(ii) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Substitui o IAS 11 – “Contratos de Construção”, o IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Empresa tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perdas de valor. A administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações trimestrais, não identificou mudanças que pudessem ter impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Na aplicação deste modelo de avaliação, a Companhia considerou seu procedimento atual de avaliação baseado no histórico de perda, suas políticas de análise de crédito e a característica do risco de crédito das suas operações. A alteração no modelo não resultou em impacto relevante em suas informações financeiras. O detalhamento dos Instrumentos Financeiros encontra-se na Nota Explicativa nº 24.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Tendo em vista a existência de operações descontinuadas para o exercício de 2019, em virtude da negociação de participação societária remanescente da Lupatech OFS Coöperatief U.A. e Lupatech OFS S.A.S, a Companhia está apresentando na nota explicativa nº 34 a demonstração de resultado para o exercício de 2018 e de 2019, para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2019 e de 2018, a Companhia apresenta como resultado de operações descontinuadas as empresas Lupatech OFS Coöperatief U.A e Lupatech OFS S.A.S., devido a venda da participação societária remanescente, concluída em setembro de 2019.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	73.662	91.877
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(54.670)	(74.565)
LUCRO BRUTO	<u>18.992</u>	<u>17.312</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Com vendas	(845)	(710)
Gerais e administrativas	(3.163)	(4.310)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	-	386
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>14.984</u>	<u>12.678</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	223	216
Despesas financeiras	(2.602)	(2.886)
Variação cambial, líquida	5	141
Participação não-controladores	(4.084)	(4.602)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>8.526</u>	<u>5.547</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(4.290)	(425)
Diferidos	-	-
LUCRO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	<u><u>4.236</u></u>	<u><u>5.122</u></u>

O fluxo de caixa das operações descontinuadas está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.895	11.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.231)	(3.056)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(508)	(9.189)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	156	594

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018, 2019 e de 2020.

Ressalvas:

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2018, 2019 e de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Ênfase:****Recuperação judicial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembléia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Não obstante, em 15 de abril de 2020, o juízo da 1ª vara falências e recuperações judiciais de São Paulo concedeu à Companhia a possibilidade de ofertar aos credores um aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Em 28 de agosto de 2020 ocorreu a assembleia para apreciação e aprovação do aditivo pelos credores. Após a aprovação a proposta de aditamento do Plano de Recuperação Judicial foi submetida à homologação judicial e, subsequentemente homologada judicialmente em 26 de novembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações e, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de monetização de créditos e outros ativos, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e processos de licitações, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Conforme nota explicativa nº 21, durante o exercício de 2018 a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 mil de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000 mil. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão desse relatório, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.1, a existência de operações descontinuadas para o exercício de 2019, em virtude da negociação de participação societária remanescente da Lupatech OFS Coöperatief U.A. e Lupatech OFS S.A.S, a Companhia está apresentando na nota explicativa nº 34 a demonstração de resultado para o exercício de 2019, para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da Administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes aplicações:

1. Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferido, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- **Contas a receber de clientes**

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando, assim, a taxa de juros efetiva da operação.

2. Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3. Ajuste a valor justo

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

4. Intangíveis

- **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Conforme ICPC 9, o ágio de aquisições de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda

Quando da identificação de ativos que satisfaçam os critérios de classificação de “ativos mantidos para venda”, ou seja, cujo valor contábil do bem será recuperado por meio de uma operação de venda ao invés de ser utilizado na própria operação da Companhia, estes serão classificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o contábil registrado e o valor justo menos as despesas de venda. A depreciação desses ativos deve cessar.

Os valores dos ativos classificados como mantidos para venda serão apresentados separadamente no balanço patrimonial, assim como os resultados das operações descontinuadas também serão apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é novamente mensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

6. Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
 - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
 - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
 - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
 - desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
 - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
- **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

- **Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

8. Provisões e Contingências

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 20). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

9. Reconhecimento da Receita

A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

10. Conversão de saldos em moeda estrangeira

- **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empresas do grupo**

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade no exterior. Desse modo, eles são expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e

Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes Acumulados de Conversão", subconta do grupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, não foram definidos orçamentos de capital para o exercício de 2021.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2021.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não possuímos desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

Da unidade de Serviços, já desmobilizada, restam alguns ativos a venda em valor recuperável comum estimado entre US\$ 5 e 7 milhões.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2021.

c. novos produtos e serviços indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Recentemente concluímos o desenvolvimento de um novo produto – postes em plástico reforçado com fibra de vidro. As adaptações na fábrica de Feliz-RS estão em curso e devem ser concluídas já no início de 2021, quando a submeteremos para certificação dos potenciais clientes. Inicialmente o foco será o mercado de distribuição de energia, mas posteriormente poderão ser endereçados aos mercados de transmissão e iluminação pública. Trata-se de um produto novo para um mercado ainda jovem e em crescimento, mas não menos promissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.